

ESTATUTO

Capítulo I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS.

Art. 1º. A FEDERAÇÃO DE TÊNIS DE MESA DO DISTRITO FEDERAL, fundada em 03 de novembro de 2005, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo, social e promoção a saúde, com sede e foro na Colônia Agrícola Samambaia Chácara 106A, Sobreloja, Lote 48 - Taguatinga, Brasília - DF, 72001-605, regendo-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

Parágrafo Único - A FEDERAÇÃO DE TÊNIS DE MESA DO DISTRITO FEDERAL, neste estatuto denominado abreviadamente FTMDF, com personalidade jurídica e patrimônios distintos dos das entidades Filiadas e Vinculadas, tem tempo de duração indeterminado.

Art. 2º. A FTMDF tem por finalidade:

- I - Congregar as entidades Filiadas ou Vinculadas do Distrito Federal em torno do tênis de mesa, promovendo, regulamentando e dirigindo competições no território sob sua jurisdição;
- II - Promover e fomentar a prática do tênis de mesa, atuando em favor do progresso de todas as entidades filiadas ou vinculadas;
- III - Representar com exclusividade, e oficialmente, o tênis de mesa praticado em todo o Distrito Federal, e as entidades que lhe sejam filiadas ou vinculadas, dentro e fora de sua área de jurisdição, perante órgãos públicos e privados, organizações promotoras de eventos e imprensa em geral;
- IV - Regulamentar a inscrição e transferência de atletas entre entidades filiadas ou vinculadas, observadas as disposições legais ou editadas pela Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM), que disciplinam o assunto;
- V - Registrar os atletas praticantes do esporte em todo território do Distrito Federal;
- VI - Promover a realização de cursos para treinadores, árbitros ou gestores, em alinhamento com a CBTM;
- VII - Incentivar a criação de Ligas Regionais, promovendo-as e incentivando-as, em observância a critérios e premissas estabelecidas pela CBTM;
- VIII - Incentivar e atuar em colaboração, de forma complementar e subsidiária, perante o desporto escolar e universitário;
- IX - Promover a saúde por intermédio da prática desportiva;
- X - Promover a inclusão social.

Art. 3º. A FTMDF segue as diretrizes de cores e modelo propostas pela CBTM para a definição de sua logomarca e bandeira.

Capítulo II – DAS ENTIDADES FILIADAS E VINCULADAS

Art. 4º. Podem filiar-se à FTMDF entidades de fins econômicos ou não econômicos, como Clubes, Associações, Academias e Ligas Regionais, com seus estatutos ou contratos sociais devidamente registrados em cartório e que preencham as demais exigências estatutárias.

Parágrafo Único - O estatuto ou contrato social da entidade que pretenda filiar-se deve conter os seguintes dados:

- I - Denominação, fins e sede;
- II - Requisitos para admissão, demissão e exclusão de filiados;
- III - Direitos e deveres dos associados;
- IV - Fontes de recursos;
- V - Constituição e funcionamento dos órgãos sociais;
- VI - Condições para alteração do estatuto ou contrato social;
- VII - Forma de prestação e aprovação de contas;
- VIII - Responsabilidade dos Diretores ou Sócios;
- IX - Forma de extinção e destino do patrimônio.

Art. 5º. Podem vincular-se à FTMDF organizações que incluam entre suas atividades a prática do tênis de mesa, caracterizadas pela liberdade lúdica de seus integrantes, sejam elas de direito público ou privado, e tenham fins econômicos ou não.

§ 1º - As entidades vinculadas participarão de competições a elas destinadas e poderão participar das competições promovidas pela FTMDF, na forma dos regulamentos competentes.

§ 2º - São exemplos de entidades vinculadas:

- I - Escolas da rede pública e privada do ensino fundamental, médio ou superior;
- II - Instituições de assistência a portadores de necessidades especiais: motoras, auditivas e mentais;
- III - Organizações de fins não-econômicos não necessariamente dedicados ao esporte;
- IV - Associação ou grupos informais em trabalhadores de empresas ou serventuários de órgãos públicos;
- V - Outros grupos que venham a ser formados.

§ 3º - As entidades vinculadas, que devem cumprir no que couber, o Estatuto e demais Normas, serão representadas por seus Presidentes, Diretores, Sócios-gerentes ou Líderes.

§ 4º - Praticantes do tênis de mesa podem vincular-se de modo individual por meio da criação de Associação Espontânea à FTMDF.

§ 5º - As Entidades Filiadas e Vinculadas não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações da FTMDF.

Art. 6º. Os atletas, dirigentes, técnicos, preparadores físicos, auxiliares ou quaisquer outros membros de entidades vinculadas à FTMDF não gozam dos mesmos direitos de membros de entidades filiadas nas Assembleias Gerais.

Capítulo III – DA FILIAÇÃO

Art. 7º. A FTMDF é constituída por:

- I - Entidades filiadas, formadas para a prática do tênis de mesa entre seus associados ou clientes;
- II - Ligas Regionais, formadas para a administração do tênis de mesa nas mesorregiões estabelecidas no Distrito Federal, a saber:
 - REGIÃO NORTE (Sobradinho, Sobradinho II, Fercal e. Planaltina)
 - REGIÃO SUL (Gama, Santa Maria, Riacho Fundo I e II)
 - REGIÃO LESTE (Jardim Botânico, São Sebastião, Paranoá, Itapoã)
 - REGIÃO OESTE (Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia, Samambaia, Recanto das Emas e Águas Claras e Vicente Pires)
 - REGIÃO METROPOLITANA (Plano Piloto, Sudoeste, Noroeste, Octogonal, Cruzeiro, Guará, Park Way, Núcleo Bandeirante e Candangolândia)

Art. 8º. Condições para filiação à FTMDF:

- I - Ser pessoa jurídica de direito privado, de fins econômicos ou não-econômicos, voltada ao esporte formal, regularmente constituída dentro da legislação vigente;

- II - Requerer filiação à FTMDF, juntando cópia do Estatuto/Contrato Social e relação dos Membros da Diretoria;
- III - No caso das entidades de prática do tênis de mesa, ter sede própria, alugada ou cedida gratuitamente, e dependência que comporte, pelo menos, três mesas de Tênis de Mesa;
- IV - Desenvolver a prática do tênis de mesa, de acordo com as Regras Oficiais do Esporte;
- V – Efetuar pagamento de taxas de filiação e/ou anuidade estabelecidos pela FTMDF.

§ 1º - O pedido de filiação deverá ser firmado pelo Presidente ou Sócio da entidade/empresa, instruído com as provas de que a interessada preenche todos os requisitos.

§ 2º - A perda de qualquer dos requisitos de filiação dará causa à desfiliação da Entidade/Empresa, ou à suspensão temporária da filiação, devendo a Entidade/Empresa ser previamente notificada.

§ 3º - O exercício dos direitos por parte da Filiada fica condicionado ao pleno cumprimento de seus deveres estatutários.

§ 4º - Em caso de vacância dos poderes de qualquer das filiadas, sem o seu respectivo preenchimento nos prazos estatutários, a FTMDF poderá designar um Delegado que promoverá o cumprimento dos Atos por ela previamente determinados e necessários à normalização da vida institucional desportiva e administrativa de sua filiada.

§ 5º - Nos casos de urgência comprovada e em caráter preventivo, o órgão competente da FTMDF decidirá sobre o afastamento de qualquer pessoa física ou jurídica a ela direta ou indiretamente vinculada que infrinja ou tolere que sejam infringidas as normas constantes de seu Estatuto ou Regimento Interno, e dos Estatutos da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM) e/ou da Federação Internacional de Tênis de Mesa (ITTF), bem como as normas contidas na legislação brasileira.

§ 6º - Da decisão da Diretoria de desfiliar alguma entidade, esta terá a duração de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, cabendo ao TJD-Estadual o julgamento da procedência e responsabilidades, garantindo-se assim o contraditório e a ampla defesa.

Art. 9º. A exclusão do filiado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no Estatuto e no Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).

Capítulo IV – DA VINCULAÇÃO

Art. 10. Caracteriza-se como Entidade Vinculada aquela pessoa jurídica filiada à Liga Regional oficial, sem participação em competições estaduais ou nacionais, as Associações Espontâneas e as Associações Educacionais.

Art. 11. Para ser reconhecida como Vinculada, a pessoa jurídica, a Associação Espontânea ou Associação Educacional deverá submeter sua proposta à FTMDF, que poderá aceitar ou rejeitar o pedido, devendo a pretendente anexar a sua solicitação os seguintes documentos:

- I - Pedido escrito de reconhecimento como Vinculada, devidamente assinado pelo Representante Legal da Entidade/Empresa/Grupo Formal, endereçado ao Presidente da FTMDF, contendo os motivos da solicitação, bem como descrevendo as atividades desenvolvidas com relação à prática do Tênis de Mesa;
- II - Apresentar cópia do Estatuto/Contrato Social/Ato Constitutivo de Associação Espontânea e relação dos Membros da Diretoria.

Art. 12. As organizações reconhecidas pela FTMDF como Vinculada não terão direito a participação em Assembleias Gerais, Ordinárias, Eletivas ou Extraordinárias, podendo participar de competições oficiais da FTMDF ou por esta autorizadas na forma do regulamento das respectivas competições.

Capítulo V – DOS DIREITOS E DEVERES DA FILIADA

Art. 13. São direitos das Entidades Filiadas:

- I - Participar das Assembleias Gerais, se cumpridos todos os requisitos exigidos para tal, nelas podendo debater e votar, através de seu Presidente ou Representante Autorizado por escrito;
- II - Disputar os Campeonatos e Torneios promovidos pela FTMDF, pelas Ligas Regionais ou por outras Entidades, conforme autorização dos Regulamentos competentes;
- III - Apresentar sugestões, interpor Recursos ou solicitar reconsiderações aos atos que julgar lesivos os seus interesses e a de seus atletas, observadas as normas legais, estatutárias e regulamentares;
- IV - Solicitar o encaminhamento de expediente aos Órgãos do Poder Público ou às Entidades de Administração Nacional e Internacional.

Art. 14. São deveres das entidades Filiadas:

- I - Reconhecer a FTMDF como única e exclusiva entidade de administração e divulgação do Tênis de Mesa no Distrito Federal, como integrante do Sistema Nacional do Desporto, bem como a CBTM como a única instituição nacional com as mesmas prerrogativas.
- II - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto e das Leis e Regulamentos que disciplinam o esporte, em geral, e o Tênis de Mesa, em particular, bem como as normas emanadas dos órgãos desportivos públicos e privados;
- III - Pagar pontualmente as contribuições periódicas fixadas pela FTMDF, as taxas de inscrições nas competições e as Taxa de Registro Anual (TRA);
- IV - Manter atualizados todos os dados cadastrais no Sistema CBTM-Web, referentes à Entidade, Dirigentes, Técnicos, Árbitros e/ou Atletas;
- V - Solicitar autorização para a promoção de competições intermunicipais;
- VI - Disputar os Campeonatos e Torneios promovidos pela FTMDF na forma dos respectivos regulamentos;
- VII - Em dias de competições, permitir o acesso a suas dependências de Atletas, Técnicos, Auxiliares e Dirigentes das entidades filiadas, Árbitros, Auxiliares, Diretores da FTMDF, bem como, aos membros da CBTM ou outras autoridades desportivas;
- VIII - Ceder à FTMDF, quando requisitados, suas dependências, mesas e atletas para a realização de eventos e projetos específicos;
- IX - Abster-se de recorrer à justiça comum para a solução de pendências junto à FTMDF, antes de esgotados os recursos previstos pela justiça desportiva, conforme legislação em vigor;
- X - Enviar à FTMDF relatório anual das atividades ao final de cada exercício.

Capítulo VI – DAS LIGAS REGIONAIS

Art. 15. A FTMDF poderá autorizar a criação e o funcionamento de Ligas Regionais, disciplinadas por regulamentos próprios e delimitadas por atuação geográfica dentro do Distrito Federal.

§ 1º - Às Ligas Regionais competem:

- I - Promover competições em suas áreas de atuação, mediante prévia autorização da FTMDF;
- II - Fixar contribuições periódicas e taxas a serem pagas por suas filiadas e vinculadas, sem prejuízo das contribuições e taxas devidas à FTMDF;

III - Colaborar com a FTMDF na inscrição de filiados e vinculados às competições e na arrecadação de contribuições periódicas e taxas.

§ 2º - As Ligas Regionais possuem autonomia administrativa e financeira, sendo vedada a sua participação como entidade de prática esportiva em competições estaduais ou nacionais.

§ 3º - É obrigatório que as Ligas Regionais possuam, ao menos, 03 (três) entidades de prática filiadas ou vinculadas a esta.

Art. 16. A existência de Ligas Regionais não dispensa a filiação ou a vinculação das entidades de prática que participam de atividades da FTMDF.

Capítulo VII – DOS PODERES

Art. 17. São poderes da FTMDF:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria;

III - Conselho Fiscal;

IV - Tribunal de Justiça Desportiva.

§ 1º - Os mandatos de todos os membros dos poderes da FTMDF serão de 04 (quatro) anos, contados da data de sua posse, permitida 01 (uma) única recondução, e só poderão ser exercidos por pessoas que satisfaçam as condições da legislação em vigor.

§ 2º - O exercício do cargo de quem estiver cumprindo penalidade ou suspensão ficará interrompido durante o prazo respectivo.

§ 3º - Compete à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, e Tribunal de Justiça Desportiva a elaboração de seus respectivos regimentos internos.

§ 4º - Não é permitida a acumulação de mandatos nos poderes da FTMDF, nem a acumulação de cargos por dirigentes de pessoas jurídicas filiadas.

§ 5º - Os cargos de qualquer órgão social da FTMDF somente poderão ser ocupados por cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos.

§ 6º - Para o desempenho de funções e cargos eletivos nos poderes da FTMDF, é vedada a participação no processo eleitoral do cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o 2º grau, do presidente ou vice-presidente da Entidade.

Art. 18. O membro de qualquer poder ou órgão da FTMDF está impedido de licenciar-se do exercício do cargo ou função por prazo superior a 90 (noventa) dias, sob pena de perda do mandato ou função, sendo que o acúmulo das licenças eventualmente solicitadas e obtidas, não poderá superar o período equivalente a 1/3 (um terço) do respectivo mandato. Parágrafo único. O exercício do cargo ou função de quem estiver cumprindo penalidade

ficará interrompido durante o cumprimento da respectiva punição.

Art. 19. O membro de cargo em órgão social da FTMDF não poderá, após eleito ou nomeado, exercer cargo em qualquer entidade filiada ou vinculada, devendo de tal cargose desvincular.

Art. 20. Sempre que ocorrer vacância de qualquer membro eleito para os poderes da FTMDF o seu substituto completará o tempo restante do mandato.

§ 1º - No caso de afastamento, desligamento ou renúncia do Presidente, o Vice- Presidente deverá assumir como Presidente da FTMDF e um novo processo eletivo será realizado para a escolha do Vice-Presidente. O mesmo ocorre em caso de afastamento, desligamento ou renúncia do Vice-Presidente;

§ 2º - No caso de renúncia coletiva da Diretoria, assumirá a Presidência da FTMDF o Presidente do Conselho Fiscal ou um de seus membros. Em tal hipótese, este deverá convocar a Assembleia Geral dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data da renúncia, para recomposição do respectivo poder, sendo que os eleitos exercerão o mandato pelo restante do período destinado aos seus antecessores.

Art. 21. Ninguém poderá se candidatar e ser eleito para qualquer poder, cargo ou função, remunerado ou não, enquanto estiver cumprindo penalidade imposta ou reconhecida pela FTMDF.

§ 1º - Não podem ser eleitos ou nomeados para cargos em órgão social da FTMDF as pessoas residentes ou domiciliadas fora do Distrito Federal;

§ 2º - São inelegíveis por 10 (dez) anos para o desempenho de funções e cargos eletivos nos poderes da FTMDF e das Entidades a ela filiadas, mesmo os de livre nomeação, os indivíduos:

- I - condenados por crime doloso em sentença definitiva, que ainda não tenha cumprido integralmente a sua pena;
- II - inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
- III - inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;
- IV - afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;
- V - inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas;
- VI - falidos.

§ 3º - É obrigatório o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes, eleitos ou nomeados, caso haja fundamentados indícios de terem incorrido em quaisquer das hipóteses do

parágrafo segundo, assegurado o processo regular e a ampla defesa para a destituição do cargo.

§ 4º - O cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o 2º (segundo) grau ou por afinidade do presidente ou dirigente máximo da FTMDF, na eleição que o suceder, conforme determina o inciso II, parágrafo 3º do Art. 18-A da Lei 9615/98, estão impedidos de participar do processo eleitoral.

§ 5º - Ficam impedidos de participação no processo eleitoral os membros que estiverem cumprindo penalidades impostas pelos órgãos da Justiça Desportiva, COB, CPB, ITTF, CBTM ou outros órgãos de administração desportiva nacional ou internacional;

§ 6º - Fica definido como requisito para aquisição ao direito de se candidatar para os cargos eletivos da Diretoria da FTMDF que os interessados deverão ser filiados ativos, com no mínimo 01 (um) ano de filiação ininterrupta antes da data da Assembleia Geral Eletiva na qualidade de Dirigente de Entidade Filiada, Atleta, Árbitro ou Técnico.

§ 7º - A forma de comprovação deste vínculo será por meio do registro sequencial e ininterrupto de pagamento da Taxa de Registro Anual (TRA) na Categoria Ouro (ou equivalente) por parte do membro filiado ou pela apresentação de estatuto de entidade regularmente filiada em que o candidato seja membro diretivo.

Capítulo VIII – DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 22. A Assembleia Geral, poder supremo da FTMDF, compor-se-á das entidades Filiadas, Clubes e Ligas Regionais, representadas por seus Presidentes, pelos Substitutos Estatutários destes ou por Delegados, nos termos do presente Estatuto, cada uma com direito a um voto; dos Membros da Comissão de Atletas; dos Membros da Comissão de Árbitros e dos Membros do Conselho Técnico.

§ 1º - Na Assembleia Geral em que houver eleição, o Delegado da entidade Filiada poderá ser credenciado por documento com firma reconhecida, não sendo permitida que o mesmo Delegado represente mais de uma Filiada.

§ 2º - O credenciamento outorgado pelo Presidente da Filiada, no regular exercício da Presidência, sempre prevalecerá sobre qualquer outro outorgado por substitutos.

§ 3º - Somente poderá participar da Assembleia Geral a filiada ou os membros que:

I - Conte, no mínimo, com 01 (um) ano de filiação ou registro federativo (mínimo na Categoria Ouro ou equivalente) há mais de 01 (um) ano, de forma ininterrupta; II - Esteja com sua situação regular junto a FTMDF.

§ 4º - O Dirigente da entidade Vinculada poderá participar da Assembleia Geral na condição de convidado, sem o direito de tomar parte dos debates, votar e ser votado.

Art. 23. A Assembleia Geral reunir-se-á:

- I - Ordinariamente, no primeiro quadrimestre de cada ano, para:
 - a) Conhecer o relatório da Diretoria relativo às atividades administrativas do ano anterior, apresentado pelo Presidente;
 - b) Conhecer o relatório do Tribunal de Justiça Desportiva;
 - c) Julgar as contas do exercício anterior, acompanhadas do balanço financeiro e patrimonial, instruído com parecer conclusivo do Conselho Fiscal;
 - d) Conhecer, apreciar e aprovar a proposta orçamentária para o exercício financeiro que se inicia, ouvida o Conselho Fiscal;
 - e) Reajustar as contribuições e taxas para o exercício, ouvido o Conselho Fiscal;
 - f) Conhecer o calendário oficial e o plano de ação da FTMDF para o ano corrente;
 - g) Decidir a respeito de qualquer outra matéria incluída no edital de convocação;
 - h) Alterar este Estatuto, no todo ou em parte, respeitadas as normas vigentes, mediante o voto de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das filiadas presentes à Assembleia Geral;
 - i) Interpretar o estatuto, em última instância.
- II - A cada 04 (quatro) anos, no último trimestre, como Assembleia Geral Eletiva, para:
 - a) Eleger o Presidente e o Vice-presidente da FTMDF;
 - b) Eleger os 03 (três) Membros Efetivos e 01 (um) Membro Suplentes do Conselho Fiscal;
 - c) Dar posse à Diretoria e ao Conselho Fiscal.
- III - Extraordinariamente, por iniciativa do Presidente da FTMDF, do Conselho Fiscal ou por solicitação escrita feita ao Presidente por pelo menos 1/5 (um quinto) dos seus membros que compõe a Assembleia Geral, para:
 - a) Destituir os administradores, sendo necessário para tal o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, não podendo deliberar em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de um terço nas convocações seguintes;

- b) Decidir a respeito da desfiliação da FTMDF de organismos nacionais ou internacionais, mediante aprovação pelo voto de 2/3 (dois terços) da totalidade de seus componentes;
- c) Cassar o mandato, após o processo regular homologado pelo TJD, assegurada ampla defesa, de qualquer membro dos poderes da FTMDF, mediante aprovação pelo voto de 3/4 (três quartos) de seus componentes, desde que comprovada a existência de motivo grave;
- d) Delegar poderes especiais ao Presidente da FTMDF;
- e) Resolver sobre a extinção ou dissolução da FTMDF e, no caso de ser decidida, dar a destinação aos seus respectivos bens patrimoniais, devendo a deliberação de dissolução ser tomada pelo voto favorável de no mínimo 4/5 (quatro quintos) de suas filiadas;
- f) Autorizar contratação de empréstimos e a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, após parecer registrado do Conselho Fiscal;
- g) Outorgar Títulos Honoríficos a pessoas que tenham prestado relevantes serviços à FTMDF ou ao Desporto Estadual ou Nacional, indicados pela Diretoria.

§ 1º - Será realizada a publicação prévia do calendário de reuniões da Assembleia Geral e posterior publicação sequencial das atas das reuniões realizadas ao longo do ano.

§ 2º - As Assembleias Gerais, desde que claramente estipulados em seu ato convocatório, poderão ser realizadas por meio virtual, com sistema de videoconferência previamente indicado e que possibilite o acesso por parte de todos os membros. No caso das assembleias em meio virtual, dever-se-á estipular claramente a forma de votação e decisão, bem como de registro de presença, ficando sob responsabilidade do participante manter sua estrutura de comunicação digital.

§ 3º - Nas Assembleias Gerais Eletivas deverá ser garantida a possibilidade de defesa prévia em caso de impugnação do direito de participar da eleição e sistema de recolhimento dos votos imune à fraude.

Art. 24. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente da FTMDF e sua convocação será publicada em jornal de grande circulação no Distrito Federal e em Nota Oficial publicada no site oficial da FTMDF, seguida de envio por e-mail a todos os membros da Assembleia Geral. Em caso de Assembleia Geral Eletiva, a convocação será feita, também, mediante edital publicado em órgão de imprensa de grande circulação por 03 (três) vezes com a antecedência de:

- I - 30 (trinta) dias para as Assembleias Gerais Ordinárias e Eletivas;
- II - 15 (quinze) dias para as Assembleias Gerais Extraordinárias.

§ 1º - Do Edital constarão data, local, hora para primeira e segunda convocações e ordem do dia, sendo vetada a inclusão de “Assuntos Gerais” (ou análogos).

§ 2º - A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada, também, a pedido do presidente do Conselho Fiscal ou de pelo menos 1/5 (um quinto) das entidades filiadas em situação regular.

Art. 25. A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente da FTMDf, ou pelo seu substituto estatutário, com quórum mínimo de metade mais 01 (um) dos membros da Assembleia Geral em primeira convocação, e por qualquer quórum em segunda convocação.

Art. 26. Instalados os trabalhos na forma do artigo anterior, caberá ao Presidente da FTMDf, ou, no seu impedimento, ao seu substituto estatutário, presidir a Assembleia Geral, salvo, quando estes estiverem impedidos, quando então, caberá a um dos membros da Assembleia Geral presidi-la, o qual não perderá o seu direito de voto.

§ 1º - O Presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para a função de Secretário.

§ 2º - O Presidente da FTMDf poderá intervir nos debates, embora sem direito a voto, sendo-lhe permitido transmitir a Presidência dos trabalhos a um dos membros da Assembleia Geral, que não perderá o seu direito de voto.

Art. 27. As decisões da Assembleia Geral, com as ressalvas previstas no presente Estatuto, serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao plenário decidir-se pela aclamação, escrutínio público ou votação secreta.

Parágrafo único. Os eventuais desempates, salvo deliberação expressa em contrário, processar-se-ão através de votação secreta, repetindo-se o escrutínio tantas vezes quantas necessárias, sendo que, quando se tratar de eleições, a igualdade no número de votos beneficiará o candidato mais idoso.

Art. 28. Nas Assembleias Gerais Eletivas somente poderão ser sufragadas chapas completas em cédula única para cada poder, contendo, impressos, os nomes dos Candidatos à Presidência e Vice-Presidência, separados dos membros candidatos ao Conselho Fiscal, cujos nomes poderão ser resumidos, desde que não haja dúvida quanto à identidade do concorrente.

§ 1º - A Secretaria da FTMDf não registrará as chapas que não estiverem completas.

§ 2º - O pedido de registro de chapa para cada um dos poderes será protocolado na Secretaria da FTMDf mediante pedido por escrito, dirigido à Comissão Eleitoral da FTMDf, sendo assegurada a garantia de defesa prévia nos casos de impugnação do direito

de participar da eleição, assinado por 5% (cinco por cento) do número de votos do colégio eleitoral, considerando-se a soma total dos pesos, daqueles que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários, em até 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral Eletiva.

§ 3º - O percentual de assinaturas para homologar a candidatura de uma chapa será arredondado para o número inteiro imediatamente inferior em caso de o resultado da equação ser um número decimal.

§ 4º - Com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência da Assembleia Geral Eletiva, a Diretoria deverá publicar o Normativo da Assembleia Geral Eletiva da FTMDf, que deverá constar a data, hora e local da Assembleia Geral Eletiva, a indicação de 03 (três) membros que irão compor a Comissão Eleitoral, as formas de registro de chapas, os membros com direito a voto, com respectivos pesos por segmento, e demais orientações específicas.

§ 5º - A Comissão Eleitoral deverá ser formada pela indicação de:

- I - 01 (um) membro indicado pela atual Diretoria;
- II - 01 (um) membro indicado pela Comissão de Atletas;
- III - 01 (um) membro indicado pelo Conselho Técnico.

§ 6º - A proporção de peso por segmento nas Assembleias Gerais Eletivas deverá respeitar a seguinte proporção:

- I - 34% (trinta e quatro por cento) do total de votos garantidos para o segmento de atletas;
- II - 6% (seis por cento) do total de votos garantidos para o segmento de árbitros;
- III - Até 15% (quinze por cento) do total de votos garantidos para o segmento de Ligas Regionais filiadas;
- IV - Até 45% (quarenta e cinco por cento) do total de votos garantidos para o segmento de Clubes filiados.

§ 7º - A proporção do total de votos poderá ser ajustada para fins de arredondamento em caso de equações com números decimais, podendo ser superior no caso dos segmentos de atletas e árbitros em até 5% (cinco por cento). Caso a FTMDf não tenha Liga Regional filiada e com direito a voto na ocasião da Assembleia Geral Eletiva, a proporcionalidade de percentual desta será distribuído igualmente entre os demais segmentos, com 5% (cinco por cento) para cada um.

§ 8º - A diferença entre o peso de voto do maior para o menor não poderá exceder à proporção de 01 (um) para 06 (seis), conforme legislação em vigor.

Capítulo IX – DA DIRETORIA

Art. 29. A Diretoria da FTMDF, com mandato de 04 (quatro) anos, é o Poder Administrativo da entidade e será formada por:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente.

Art. 30. O Presidente da FTMDF poderá nomear até 03 (três) diretores:

- a) Diretor Técnico;
- b) Diretor Administrativo-Financeiro;
- c) Diretor de Marketing e Negócios.

§ 1º - A FTMDF poderá admitir como Presidente e Vice-presidente brasileiros natos ou naturalizados.

§ 2º - Os diretores nomeados são de livre nomeação e exoneração durante o mandato da Diretoria eleita.

Art. 31. Compete à Diretoria:

- I - Deliberar sobre filiação, vinculação, licença, desfiliação e desvinculação de Entidades;
- II - Deliberar sobre assuntos de sua competência e resolver sobre requerimentos de filiadas e vinculadas, nos limites de sua competência;
- III - Propor à Assembleia Geral o orçamento anual;
- IV - Propor à Assembleia Geral o reajuste das contribuições periódicas e das taxas a serem pagas por filiadas, vinculadas e atletas;
- V - Submeter à apreciação do Conselho Fiscal balanços e relatórios anuais, a serem apreciados pela Assembleia Geral, bem como balancetes trimestrais;
- VI - Propor o calendário das atividades esportivas para o ano seguinte ad referendum aprovado pela Assembleia Geral;
- VII - Autorizar as despesas necessárias à manutenção e atividades da FTMDF, obedecidas as previsões orçamentárias, e solicitar à Assembleia Geral a suplementação de verbas, quando julgar necessário;
- VIII - Autorizar a contratação de serviços eventuais, temporários e terceirizados, com despesas previstas no orçamento;
- IX - Gerir e administrar a FTMDF nos aspectos esportivos, financeiros e de geração de recursos para a entidade;
- X - - Garantir acesso irrestrito a todos os associados e filiados aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como aqueles relacionados à

- XI - gestão da FTMDf, os quais deverão ser publicados na íntegra no sítio eletrônico desta;
- XII - Disponibilizar no site oficial da FTMDf todos os instrumentos de formalização dos acordos referentes ao recebimento e destinação de recursos públicos, devendo ser indicados seus valores, prazo de vigência e nomes das partes contratantes;
- XIII - Constituir a Ouvidoria da FTMDf, que será encarregada de receber, processar e responder as solicitações, denúncias e sugestões, encaminhando-as para os setores competentes;
- XIV - Manter a regularidade fiscal, tributária e legal perante todos os órgãos Municipais, Estadual e Federal, conforme legislação em vigor;
- XV - Manter transparência da gestão da movimentação de recursos;
- XVI - Zelar pelos princípios definidores de gestão democrática e controle social.

Art. 32. Compete ao Presidente e, no seu impedimento, ao Vice-presidente:

- I - Propor à Assembleia Geral a outorga de Títulos Honoríficos;
- II - Elaborar e alterar o Regimento Interno;
- III - Representar a FTMDf, ativa e passivamente, em juízo e fora dele, podendo nomear procuradores com poderes especiais;
- IV - Firmar notas oficiais, de cumprimento obrigatório por Filiadas e Vinculadas, seus integrantes, Técnicos, Árbitros e Atletas, respeitadas a Lei, as Normas emanadas dos Órgãos e das Autoridades Esportivas competentes e o presente Estatuto;
- V - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e demais Normas e Atos, bem como executar decisões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- VI - Nomear e destituir Diretores que não o Vice-presidente eleito, designar representantes e nomear as Comissões que devam ser formadas;
- VII - Admitir, licenciar e demitir funcionários da FTMDf, exigindo fiança daqueles que estejam obrigados a prestá-la pela natureza de suas funções;
- VIII - Convocar e Presidir as Reuniões da Diretoria, exercendo nas votações o voto de qualidade em caso de empate;
- IX - Emitir e endossar cheques, em conjunto com a Diretoria Administrativa-Financeira, e firmar com este documentos que envolvam responsabilidade jurídica ou financeira;
- X - Visar ordens de pagamento e autorizar despesas nos limites fixados pela proposta orçamentária, bem como promover, por intermédio do Diretor

Administrativo-Financeiro, o recolhimento, em bancos de comprovada idoneidade, das disponibilidades financeiras da FTMDf;

- XI - Assinar Diplomas, Certificados e Títulos Honoríficos;
- XII - Convocar e instalar a Assembleia Geral e propor a convocação do Conselho Fiscal ao Presidente do Órgão;
- XIII - Assinar a Ata das Reuniões da Diretoria e coordenar a publicação, em Nota Oficial, de seus Atos e Decisões, bem como dos demais Poderes, que sejam do interesse das Filiadas;
- XIV - Coordenar a elaboração do relatório anual da Diretoria a ser submetido, com parecer do Conselho Fiscal, à aprovação da Assembleia Geral, bem como do calendário anual de atividades, a ser aprovado pela Diretoria ao início de cada exercício;
- XV - Fiscalizar, pessoalmente ou através de observadores, as competições patrocinadas pela FTMDf;
- XVI - Praticar qualquer ato necessário ao bom andamento das atividades da FTMDf;
- XVII- Manter a escrituração, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

Art. 33. Ao Vice-presidente compete participar das reuniões da Diretoria, auxiliar o Presidente, substituí-lo em seus impedimentos e suceder-lhe em caso de vacância, nos termos deste Estatuto.

Art. 34. Compete à Diretoria Técnica:

- I - Submeter à apreciação da Diretoria, ao início de cada exercício, a programação esportiva básica e, ao final do ano, um relatório completo das atividades desenvolvidas no período;
- II - Coordenar a organização, divulgação e condução das competições programadas ou apoiadas pela FTMDf, com a colaboração de outros Diretores, Comissões, Coordenadores e Auxiliares;
- III - Manter um arquivo de ranking dos atletas das diversas categorias, bem como de documentos, fotografias, troféus e recortes de jornais sobre assuntos relacionados com o Tênis de Mesa;
- IV - Verificar constantemente o estado de conservação dos materiais esportivos e uniformes, de propriedade da FTMDf ou a ela confiados;

- V - Indicar ao Presidente da FTMDF desportistas aficionados do Tênis de Mesa para as funções de Técnicos, Coordenadores, Auxiliares e Membros de Comissões;
- VI - Chefiar, ou indicar quem possa fazê-lo, Excursões de Delegações para jogos fora do Distrito Federal;
- VII- Manter-se em permanente contato com as Ligas Regionais filiadas à FTMDF;
- VIII - Colaborar com iniciativas voltadas para a formação de treinadores e árbitros de tênis de mesa no Distrito Federal;
- IX - Constituir uma rede de detecção, formação e promoção de talentos.

Art. 35. Compete à Diretoria Administrativa-Financeira:

- I - Dar suporte administrativo a todos os órgãos sociais: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal; e ainda aos órgãos de Justiça Desportiva;
- II - Controlar o cadastramento de entidades Filiadas e Vinculadas, mantendo em dia documentos, fichas e registro informatizado;
- III - Despachar com o Presidente a correspondência recebida e auxiliá-lo na elaboração da que deva ser expedida e na agenda das Reuniões da Diretoria;
- IV - Lavrar as atas das reuniões da Diretoria;
- V - Supervisionar os serviços gerais de Tesouraria, feitos diretamente pela FTMDF ou confiados a escritório externo, com a elaboração de balancetes, balanço anual e previsão orçamentária;
- VI - Emitir e endossar cheques, em conjunto com o Presidente, e firmar com estes documentos que envolvam responsabilidade financeira ou jurídica;
- VII- Executar e registrar todos os pagamentos que devam ser feitos;
- VIII - Supervisionar os serviços de cobranças das contribuições e taxas devidas pelas entidades filiadas e vinculadas, através da rede bancária ou por qualquer outro meio;
- IX - Recolher a estabelecimento bancário designado pela Diretoria os recursos arrecadados, mantendo em caixa o necessário para pequenas despesas;
- X - Manter em dia e em ordem o controle dos pagamentos das contribuições e taxas devidas pelas entidades Filiadas e Vinculadas, fornecendo a Diretoria, mensalmente, a relação das organizações em atraso;
- XI - Zelar para que se mantenha em dia e em ordem o cadastramento de todos os bens móveis e imóveis classificados como “permanentes”, de propriedade da FTMDF, em livros, fichas ou registro informatizado;

XII- Manter um seguro controle sobre contratos, escrituras e apólices de seguro contra incêndio e outras, especialmente quanto ao vencimento de seus prazos devigência.

Art. 36. Compete à Diretoria de Marketing e Negócios:

- I - Coordenar a divulgação das atividades da FTMDF através de boletins, na mídia (rádio, jornal e televisão), site oficial e redes sociais;
- II - Coordenar a busca de patrocínios, auxílios e subvenções para eventos e projetos promovidos pela FTMDF;
- III - Promover a filiação de novas entidades e o aumento de interesse pelo Tênis de Mesa;
- IV - Desenvolver e captar projetos em conjunto com a CBTM ou outras entidades, de modo a promover o tênis de mesa no Distrito Federal;
- V - Coordenar os serviços de venda de ingressos, inscrições e bilheteria nos eventos e promoções da FTMDF;
- VI - Fortalecer a identidade de marca e imagem da FTMDF atreladas à CBTM.

Art. 37. As atribuições dos demais Diretores de Departamentos, Auxiliares e Comissões serão enumeradas no Regimento Interno da FTMDF e/ou em regulamentos próprios.

Art. 38. Os membros da Diretoria da FTMDF respondem pessoalmente e solidariamente pelas obrigações que contraírem em nome da entidade na vigência de seu mandato, nas formas previstas pela legislação em vigor.

Parágrafo único. É permitida a remuneração de dirigentes, eleitos ou nomeados, nos limites previstos pela legislação em vigor. É vedada a distribuição de lucros e dividendos oriundos de exercício da entidade.

Capítulo X – DO CONSELHO FISCAL

Art. 39. O Conselho Fiscal compor-se-á de 03 (três) Membros Efetivos e 01 (um) Membro Suplente, eleitos pela Assembleia Geral Eletiva, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida apenas 01 (uma) única recondução.

§ 1º - O Conselho Fiscal funcionará com a presença da maioria de seus membros efetivos.

§ 2º - O Conselho Fiscal elegerá seu Presidente dentre os seus membros efetivos e seu Regimento Interno disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º - Não poderá integrar o Conselho Fiscal cônjuge e parentes por consanguinidade ou afinidade, até segundo grau, do Presidente e do Vice-presidente, bem como de diretores nomeados.

Art. 40. É da competência privativa do Conselho Fiscal:

- I - Ter autonomia para sua organização e funcionamento;
- II - Examinar a escrituração, os documentos da Tesouraria e da Contabilidade, a fim de verificar a exatidão dos lançamentos, a ordem dos livros e o cumprimento das prescrições legais relativas à administração financeira, emitindo parecer;
- III - Examinar balancetes da FTMDf, emitindo parecer;
- IV - Apresentar à Assembleia Geral parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo;
- V - Opinar sobre qualquer matéria de natureza financeira que lhe seja encaminhada pelo Presidente da FTMDf, bem como, sobre a abertura de créditos adicionais ao orçamento, tendo em vista os recursos de compensação; VI - Manifestar-se sobre proposta orçamentária elaborada pela Diretoria;
- VII - Opinar sobre a compra, oneração ou alienação de bens imóveis;
- VIII - Alertar a Diretoria quanto a erros involuntários apurados no exame dos documentos apresentados, propondo a sua correção, e denunciar à Assembleia Geral graves irregularidades, promovendo a convocação do órgão;
- IX - Propor a contratação de Auditoria Externa, quando considerar necessário;
- X - Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo parecer.

Art. 41. Na ausência ou impedimento de qualquer Membro do Conselho Fiscal compete ao seu Presidente dar-lhe substituto (Membro Suplente), sendo que perderá o mandato o Conselheiro que, regularmente convocado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas.

Parágrafo único. Em caso de vacância, o Presidente do Conselho Fiscal deverá convocar, em até 30 (trinta) dias após o conhecimento, uma Assembleia Geral Extraordinária para a recomposição do órgão e continuidade do mandato.

Capítulo XI – DA JUSTIÇA DESPORTIVA

Art. 42. A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva estão limitados ao processo e julgamento das infrações disciplinares, às competições desportivas e ao julgamento de infrações por parte de entidades filiadas ou vinculadas.

Art. 43. O TJD, órgão autônomo e independente da FTMDf, com funcionamento juntoa esta, será constituído de 09 (nove) membros, sendo:

- I - 02 (dois) indicados pela entidade pela FTMDf;
- II - 02 (dois) indicados pelas entidades filiadas que participam das competições oficiais da FTMDf, ou na inexistência desta divisão, por outra equivalente;
- III - 02 (dois) advogados com notório saber jurídico desportivo, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal;
- IV - 01 (um) representante dos árbitros, por estes indicados; V - 02 (dois) representantes dos Atletas, por estes indicados.

§ 1º - O mandato dos membros do TJD da entidade terá duração de 04 (quatro) anos, permitida apenas uma recondução, cabendo a esse Tribunal nomear os membros da Comissão Disciplinar da FTMDf.

§ 2º - Os membros do TJD poderão ser bacharéis em Direito ou pessoas de notório saber jurídico desportivo e de conduta ilibada.

Art. 44. O TJD elegerá o seu Presidente dentre seus membros e disporá sobre a sua organização e funcionamento em Regimento Interno.

Parágrafo único - Os órgãos judicantes só poderão deliberar e julgar com a maioria dos auditores.

Art. 45. Junto ao TJD haverá 02 (dois) procuradores e 01 (um) secretário, nomeados pelo seu Presidente.

Art. 46. Havendo vacância de cargo de auditor do TJD, o seu Presidente deverá oficiara entidade ou órgão indicador para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias promova nova indicação.

Art. 47. Compete ao Presidente do TJD conceder licença temporária aos membros, nunca superior a 90 (noventa) dias.

Art. 48. A Comissão Disciplinar (CD), órgão autônomo e independente da FTMDf, deverá ser integrada por 05 (cinco) membros-auditores, que não pertençam e integrem TJD da FTMDf. A CD terá competência para processar e julgar questões previstas nos Código

Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), envolvendo competições regionais, bem como seus respectivos regulamentos, e funcionará como Primeira Instância junto ao TJD.

Parágrafo Único. A competência para nomear os Membros da Comissão Disciplinar cabe exclusivamente ao Presidente do TJD-Estadual, podendo este instalar, quando necessário, uma ou mais Comissões Disciplinares, de acordo com o número de Ligas Regionais oficialmente registradas.

Capítulo XII – DOS ÓRGÃOS TÉCNICOS E DE COOPERAÇÃO

Art. 49. São Órgãos Técnicos e de Cooperação, subordinados à Diretoria da FTMDF:

- I – Comissão de Atletas;
- II – Comissão de Árbitros;
- III – Conselho Técnico.

Parágrafo único. A organização e funcionamento são objetos de regimento próprio, definidos por estes e aprovados pela Diretoria da FTMDF.

Art. 50. A Comissão de Atletas terá as seguintes premissas:

- I - Composta por 05 (cinco) atletas, sendo que ao menos 1/3 (um terço) deverá ser formado por representante de um naipe e 1/3 (um terço) de representante do segmento olímpico ou paralímpico;
- II - Os integrantes da Comissão de Atletas deverão ter idade superior a 18 (dezoito) anos, filiados à FTMDF na Categoria Ouro (ou equivalente) e com participação em ao menos 01 (uma) competição da FTMDF na temporada anterior à sua candidatura;
- III - A Comissão de Atletas deverá ser eleita diretamente pelos próprios atletas, em votação exclusiva e individual, em processo a ser organizado pela FTMDF por meio de votação online e publicada no site oficial da entidade com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência. Poderão votar os atletas regularmente registrados por mais de 01 (um) ano na Categoria Ouro (ou equivalente);
- IV - Os membros da Comissão de Atletas terão direito de participação, com voz e voto, nas Assembleias Gerais;
- V - O mandato da Comissão de Atletas coincidirá com o mandato da Diretoria, com processo eleitoral distinto, realizado em até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral Eletiva, tendo, desta forma, duração de 04 (quatro) anos, podendo haver 01 (uma) única recondução;
- VI - As candidaturas aos cargos da comissão são individuais e devem ser feitas de acordo com premissas estabelecidas em Nota Oficial específica. A FTMDF,

recebidas as habilitações, promoverá a eleição por meio eletrônico exclusivamente entre os atletas filiados;

- VII- Em caso de vacância de 01 (um) ou mais membros, deverá ser convocada eleição para integração da comissão e cumprimento do mandato de seu antecessor. A convocação de eleição deverá ser feita em até 60 (sessenta) dias após a vacância;
- VIII - Cabe aos membros da Comissão de Atletas promover reuniões periódicas, trazendo temas e sugerindo pautas à Diretoria da FT MDF, com contribuições para melhoria da modalidade, a apresentação de opiniões, sugestões ou críticas fundamentadas que visem o desenvolvimento do tênis de mesa. Deverá, ainda, opinar, sugerir modificações e aprovar os Regulamentos das Competições da FT MDF anualmente, bem como outros regimentos que porventura demonstrarem interesse formal.

Art. 51. A Comissão de Árbitros terá as seguintes premissas:

- I - Composta por 03 (três) árbitros filiados há mais de 01 (um) ano junto à FT MDF;
- II - Os integrantes da Comissão de Árbitros deverão ter idade superior a 18 (dezoito) anos;
- III - A Comissão de Árbitros deverá ser eleita diretamente pelos próprios árbitros filiados, em votação exclusiva e individual, em processo a ser organizado pela FT MDF por meio de votação online e publicada no site oficial da entidade com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência. Poderão votar os árbitros regularmente registrados por mais de 01 (um) ano junto à FT MDF;
- IV - Os membros da Comissão de Árbitros terão direito de participação, com voz e voto, nas Assembleias Gerais;
- V - O mandato da Comissão de Árbitros coincidirá com o mandato da Diretoria, com processo eleitoral distinto, realizado em até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral Eletiva, tendo, desta forma, duração de 04 (quatro) anos, podendo haver 01 (uma) única recondução;
- VI - As candidaturas aos cargos da comissão são individuais e devem ser feitas de acordo com premissas estabelecidas em Nota Oficial específica. A FT MDF, recebidas as habilitações, promoverá a eleição por meio eletrônico exclusivamente entre os árbitros filiados;
- VII- Em caso de vacância de 01 (um) ou mais membros, deverá ser convocada eleição para integração da comissão e cumprimento do mandato de seu antecessor. A convocação de eleição deverá ser feita em até 60 (sessenta) dias após a vacância;
- VIII - Cabe aos membros da Comissão de Árbitros promover reuniões periódicas, trazendo temas e sugerindo pautas à Diretoria da FT MDF, com contribuições para melhoria de regras e regulamentos técnicos, bem como ações formativas em prol de árbitros e oficiais.

Art. 52. O Conselho Técnico terá as seguintes premissas:

- I - Composto por 03 (três) membros filiados, sendo 01 (um) representante dos clubes, por estes indicados, 01 (um) representante da Comissão de Atletas, por estes indicados e 01 (um) representante da Comissão de Árbitros, por estes indicados;
- II - Os integrantes do Conselho Técnico deverão ter idade superior a 18 (dezoito) anos e filiação há mais de 01 (um) ano junto à FTMDF;
- III - O mandato do Conselho Técnico coincidirá com o mandato da Diretoria, com processo de indicação consecutivo à Assembleia Geral Eletiva, tendo, desta forma, duração de 04 (quatro) anos, podendo haver 01 (uma) única recondução;
- IV - Em caso de vacância de 01 (um) ou mais membros, deverá ser feita nova nomeação, pelo mesmo segmento, em até 30 (trinta) dias após a vacância;
- V - Compete ao Conselho Técnico da FTMDF a aprovação de regulamentos das competições por elas eventualmente organizadas.

Capítulo XIII – DO PATRIMÔNIO, DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

Art. 53. O Patrimônio da FTMDF será constituído pelos bens móveis e imóveis de sua propriedade, e ainda por títulos e créditos.

Parágrafo único. Caso a FTMDF venha a adquirir equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração de parceria com o poder público ou outro organismo esportivo, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública na hipótese de sua extinção.

Art. 54. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, estendendo-se de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. O orçamento será uno e incluirão todas as receitas e despesas sujeitas às rubricas e dotações especificadas, na forma deste Estatuto.

Art. 55. Constitui a receita da FTMDF:

- I - Taxas de filiação, anuidades, mensalidades, emolumentos e multas, pagos pelas entidades Filiadas e Vinculadas;
- II - Taxas de Transferências de Atletas;
- III - Taxas de Registro Anual (TRA);
- IV - Rendas das competições e jogos promovidos pela FTMDF;

- V - Produto das taxas fixadas em regimentos específicos;
- VI - Subvenções, auxílios, doações ou legados convertidos em dinheiro;
- VII- Rendas resultantes da comercialização de direitos de transmissão ou uso de imagem;
- VIII - Rendas obtidas através de contrato de patrocínio e/ou publicidade;
- IX - Taxas de licença para a realização de jogos intermunicipais e programas estruturados de capacitação;
- X - Quaisquer outros recursos pecuniários que a FTMDF venha a criar ou a receber;
- XI - Rendas provenientes de locação de imóveis, arrendamentos, utilidades e serviços;
- XII- Percentagens ou taxas referentes às competições entre filiadas ou seleções, por promotores particulares ou órgãos públicos, porcentagens sobre renda bruta da competição, sobre prêmios pagos aos participantes, produto de arrecadação de bilheterias e renda de serviços internos;
- XIII - Juros e outros rendimentos de capitais depositados em nome da FTMDF ou de Títulos de Créditos;
- XIV - Direitos peculiares oriundos de contratos ou disposição de leis desportivas;
- XV - Qualquer renda eventual, arrecadações advindas de promoções de sorteios, bingos e similares, de acordo com a lei pertinente;
- XVI - Doações;
- XVII - Outras, eventuais.

Parágrafo único. Todos os recursos deverão ser aplicados integralmente para a manutenção dos objetivos estatutários.

Art. 56. As despesas da FTMDF compreendem:

- I - Salários e encargos sociais;
- II - Pagamentos por serviços eventuais, temporários e terceirizados;
- III - Divulgação e prêmios das competições;
- IV - Gastos com obras, reparos e manutenção de bens móveis e imóveis;
- V - Custo de material de expediente e de limpeza;
- VI - Impostos e taxas;
- VII- Água, luz e telefone;
- VIII - Obrigações com pagamentos decorrentes de decisões judiciais, contratos e operações de crédito;
- IX - Encargos pecuniários de caráter extraordinário, não previsto no orçamento;
- X - Contribuições devidas às entidades a que estiver filiadas a FTMDF;

- XI - Pagamento de taxas de inscrição em eventos nacionais e internacionais;
- XII - Investimentos na formação e capacitação de recursos humanos;
- XIII - Outras, eventuais.

Capítulo XIV – DOS TÍTULOS HONORÍFICOS

Art. 57. A FTMDF poderá conceder através da Assembleia Geral, por proposta fundamentada do Presidente da FTMDF, a Medalha de Mérito do Tênis de Mesa do Distrito Federal, concedida às pessoas físicas que tenham prestado relevantes e inestimáveis serviços ao Tênis de Mesa do Distrito Federal.

§ 1º - A Medalha de Mérito do Tênis de Mesa do Distrito Federal será concedida a até 02 (duas) pessoas anualmente.

§ 2º - Será concedido reconhecimento público ao atleta de entidade Filiada à FTMDF que obtiver título individual ou por equipe de Campeão Brasileiro, Sul-Americano, Pan-Americano, Olímpico ou Mundial.

Capítulo XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 58. Todas as resoluções da FTMDF serão comunicadas às suas Filiadas por meio de Notas Oficiais, que serão exibidas na página oficial da entidade, em coluna específica com o nome de Notas Oficiais. Para todos os efeitos legais, os prazos das ações passarão a vigorar após a efetiva inserção das Notas Oficiais na página oficial da FTMDF, que deverão obrigatoriamente fazer constar data e a hora dessa inserção.

Art. 59. O Regimento Interno, aprovado e alterado pela Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, complementarará o presente Estatuto.

Art. 60. Os Membros dos Poderes e dos Órgãos Técnico e de Cooperação da FTMDF, bem como, os Presidentes e Diretores das entidades Filiadas e Vinculadas, portadores de carteira de identificação por ela expedida, terão acesso a todas as praças de desportos sujeitas à Jurisdição da Entidade.

Art. 61. As entidades Filiadas e Vinculadas, bem como os Atletas, Dirigentes, Técnicos, Auxiliares e pessoas físicas que lhes forem direta ou indiretamente subordinadas ou vinculadas, mediante remuneração ou sem remuneração, tendo em vista a legislação disciplinadora da matéria, estão impedidos de recorrer à justiça comum para a solução

de suas pendências com a FTMDF, antes de esgotados os recursos previstos na justiça desportiva.

Art. 62. Em caso de dissolução da FTMDF o seu patrimônio líquido reverterá "pro rata" em benefício a pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da legislação em vigor, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

Art. 63. Este Estatuto foi reformado e aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 2021, e entra em vigor na data de seu Registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Brasília/DF.

Brasília/DF, 30 de julho de 2021.

PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA
SANTANA
Secretário da Assembleia

NEDER ALVES DAS NEVES
Advogado OAB/DF n.º 29.098

JORAN ERMISON LOPES FREIRE
Presidente da Assembleia

Ata e Estatuto AGO 2021 pdf

Código do documento 2cb8d456-6ed0-4829-b5e7-5a16cf989a15



Assinaturas



Paulo Henrique de Oliveira Santana
paulinho_asmett@hotmail.com
Assinou

Paulo Henrique de Oliveira Santana



Vasco Guimarães De Oliveira
vascoguimaraeso@gmail.com
Assinou



Joel George Santos
graogramandf@uol.com.br
Assinou

Joel George Santos



JORGE VIEIRA DE MELLO LEITE
jorgevmleite@gmail.com
Assinou

JORGE VIEIRA DE MELLO LEITE



Joran Ermison Lopes Freire
joranfreire@gmail.com
Assinou



neder alves das neves
Neder.yan@gmail.com
Assinou

neder alves das neves

Eventos do documento

12 Aug 2021, 15:11:55

Documento número 2cb8d456-6ed0-4829-b5e7-5a16cf989a15 **criado** por JORAN ERMISON LOPES FREIRE (Conta 437d7fce-8a81-4945-b02a-3695b9d6810e). Email :joranfreire@gmail.com. - DATE_ATOM: 2021-08-12T15:11:55-03:00

12 Aug 2021, 15:17:44

Lista de assinatura **iniciada** por JORAN ERMISON LOPES FREIRE (Conta 437d7fce-8a81-4945-b02a-3695b9d6810e). Email: joranfreire@gmail.com. - DATE_ATOM: 2021-08-12T15:17:44-03:00

12 Aug 2021, 15:18:45

JORGE VIEIRA DE MELLO LEITE **Assinou** (Conta bfb4dd71-6311-4e64-9228-1a71f732c37e) - Email: jorgevmleite@gmail.com - IP: 189.50.92.120 (189.50.92.120 porta: 22498) - [Geolocalização: -15.825093400000002 -47.9229199](#) - Documento de identificação informado: 006.513.901-17 - DATE_ATOM: 2021-08-12T15:18:45-03:00

12 Aug 2021, 15:19:54

JORAN ERMISON LOPES FREIRE **Assinou** (Conta 437d7fce-8a81-4945-b02a-3695b9d6810e) - Email: joranfreire@gmail.com - IP: 189.6.12.44 (bd060c2c.virtua.com.br porta: 22936) - [Geolocalização: -15.817252609879008 -47.98904263068345](#) - Documento de identificação informado: 980.424.161-72 - DATE_ATOM: 2021-08-12T15:19:54-03:00

12 Aug 2021, 15:46:39

NEDER ALVES DAS NEVES **Assinou** (Conta fcfa976f-b2e1-4d97-ade6-7c198307479e) - Email: neder.yan@gmail.com - IP: 200.173.232.32 (200.173.232.32 porta: 15122) - [Geolocalização: -15.633658517419306 -47.657536190533364](#) - Documento de identificação informado: 504.296.201-87 - DATE_ATOM: 2021-08-12T15:46:39-03:00

12 Aug 2021, 15:55:11

JOEL GEORGE SANTOS **Assinou** (Conta e1be1da0-e571-4cd2-bc42-053d12f3743b) - Email: graogramandf@uol.com.br - IP: 189.6.33.199 (bd0621c7.virtua.com.br porta: 3284) - [Geolocalização: -15.6596786 -47.8377681](#) - Documento de identificação informado: 494.894.707-59 - DATE_ATOM: 2021-08-12T15:55:11-03:00

12 Aug 2021, 17:19:00

VASCO GUIMARÃES DE OLIVEIRA **Assinou** (Conta a258729f-e5c1-4422-b35c-c355bb41e681) - Email: vascoguimaraeso@gmail.com - IP: 143.208.75.213 (143.208.75.213 porta: 16772) - [Geolocalização: -15.685579 -48.196338](#) - Documento de identificação informado: 646.628.371-20 - DATE_ATOM: 2021-08-12T17:19:00-03:00

12 Aug 2021, 17:37:11

PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTANA **Assinou** (Conta b52015b5-ccf4-4603-a3a0-401863bfbf94) - Email: paulinho_asmett@hotmail.com - IP: 177.51.103.233 (233.103.51.177.isp.timbrasil.com.br porta: 43110) - [Geolocalização: -16.7091347 -49.2658516](#) - Documento de identificação informado: 037.495.971-46 - DATE_ATOM: 2021-08-12T17:37:11-03:00

Hash do documento original

(SHA256):ddfe9ae119193e86e45add4497be11a3b6fb90f3a3cb103233e1378762a7eaca

(SHA512):646f0573145d55e3b9f4963854ce934b99940c0185a751a0cc731731ac3cc945f9e53dddbda1b8b8c842814548523ef5707adb8ebabf01db769933ff5a3aac1d

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign